

Divinópolis/MG, 09 de Janeiro de 2019

Prefeitura de Divinópolis paga primeira parcela do salário de dezembro

Executivo mantém programação para quitar 13º até o final de janeiro

Foto: Jotha Lee/Sintram



Desde o ano passado, a presidente do Sintram, Luciana Santos, com participação de toda a diretoria vem mantendo visitas permanentes à Prefeitura de Divinópolis, cobrando uma solução definitiva para a folha de pagamento

A Prefeitura de Divinópolis paga a primeira parcela do salário de dezembro nesta quinta-feira (10). Em nota oficial, o município informou que será depositada uma parcela de R\$ 1,5 mil para todo o funcionalismo, inclusive os servidores da educação. Ainda de acordo com a nota oficial da prefeitura, o restante do salário

de dezembro será quitado à medida que o governo estadual for normalizando os repasses de recursos para o município. A prefeitura informa que a dívida do Estado com Divinópolis está em R\$ 102 milhões. Informa, ainda, que das transferências às quais o município tem direito, o governo do Estado fez a transferência de R\$ 1,4 milhão na semana passada, referente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A liberação da primeira parcela do salário de dezembro foi comunicada pela Prefeitura à presidente do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintram), Luciana Santos, na tarde desta quarta-feira (9). Na oportunidade, o Executivo reafirmou que está mantida a programação para que todo o salário de dezembro seja quitado até o fim de janeiro, como também está mantida a previsão de pagamento do 13º neste mesmo período. “Essa foi a garantia que o prefeito Galileu Machado deu ao Sintram no ano passado e até agora ele está cumprindo”, lembrou a presidente Luciana Santos.

A normalização do pagamento dos servidores municipais das cidades de sua base que estão em atraso é uma cobrança permanente do Sintram. Em Divinópolis, a presidente do Sindicato tem mantido contatos semanais com a administração cobrando a atualização dos salários, além de acompanhar os repasses de recursos para os cofres municipais.

“Não estamos dando descanso ao Executivo. Cotidianamente estamos cobrando o fim dos atrasos e o pagamento do 13º, pois sabemos das dificuldades

que nossos servidores estão enfrentando. Mesmo com a Prefeitura cumprindo o que foi prometido ao Sintram, vamos continuar cobrando e fiscalizando a entrada de recursos até que todo o problema seja sanado. E essa cobrança é feita em todas as cidades de nossa base onde ainda há problemas de atrasos no pagamento, mas felizmente a boa notícia é a de que a maioria de nossas 36 prefeituras está conseguindo manter o pagamento para o funcionalismo”, sintetizou Luciana Santos.

COMISSÃO

Nesta quinta-feira, o governador Romeu Zema (Novo) anunciou a formação de uma Comissão para elaborar o cronograma de pagamento da dívida do Estado com as prefeituras de Minas. De acordo com a Associação Mineira dos Municípios (AMM), o governador garantiu que a dívida será quitada e a boa notícia para os servidores municipais é que isso permitirá a normalização dos repasses de recursos para as prefeituras, que terão caixa suficiente para manter a folha de pagamento em dia.

A AMM informou, ainda, que o governo mineiro está retomando o pagamento de recursos aos municípios do estado e que os repasses deste ano já estão em dia. Segundo a AMM, foram quitados R\$ 171,9 milhões referentes ao Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e R\$ 163,8 milhões relacionados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Os vencimentos ocorreram entre 2 de janeiro e esta terça-feira (8).

A associação disse ainda que os repasses do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) estão sendo feitos diariamente, sem atrasos. Só com esse imposto, já foram pagos R\$ 125 milhões aos municípios desde o dia 1º de janeiro. Sobre os repasses que deveriam ter sido feitos pelo governo anterior, segundo levantamento da Associação Mineira de Municípios, ainda estão pendentes cerca de R\$ 12 bilhões.

“O servidor pode esperar um gás novo, um empenho maior nas situações que ele anseia e vem desejando alguma mudança ao longo dos anos”

Demétrio Bento

Foto: Flávia Brandão/Sintram



Demétrio Bento é o novo secretário geral do Sintram

O atual secretário geral do Sintram, Demétrio Bento, é o entrevistado em nosso perfil de hoje (09/01). Servidor há dez anos na Prefeitura de Divinópolis, Demétrio conta que é licenciado em Geografia, técnico em Meio ambiente e atualmente trabalha

como auxiliar de serviços na Secretaria de Saúde de Divinópolis.

Questionado pelo interesse na luta sindical e agora a chegada ao Sintram, Demétrio afirma que sempre teve envolvimento com as causas sociais, sendo presidente de bairro, voluntário no Fórum e Comissário de Menores voluntário. “Eu sempre tive envolvimento com as causas sociais e a causa do servidor é a minha causa. Se eu conseguir melhorar qualquer coisa na luta sindical em prol do servidor vou estar melhorando para mim também, que sou servidor e dependo do serviço público para sobreviver”, disse.

O novo diretor conta também que está sempre atento as causas políticas da cidade e frisa a importância dos cidadãos buscarem juntos através “da presença e da luta”, conquistas que contemplem a todos. “O pessoal precisa sair um pouco de casa, largar um pouco o

celular, e vamos estar presentes nas lutas. A conquista só vem com a presença e a luta”, ressaltou.

NOVA DIRETORIA

O novo secretário acredita que algo mais pode ser feito a favor da categoria e pretender estar próximo as bases, buscando o diálogo constante e as soluções para os problemas apresentados. “É importante o sindicalista estar próximo as bases, porque lá na ponta é que está o servidor que mais precisa, que tem algum descontentamento e quer alguém para ouvir os seus problemas e tentar resolvê-los na medida do possível; seja trazendo para a diretoria, para o setor jurídico, encaminhando solicitações ao governo, enfim, buscando caminhos para solucionar essas demandas apresentadas ao sindicato”, explicou.

Demétrio destaca que a atual diretoria sabe das dificuldades que estão por vir, mas frisa que os servidores podem esperar “um gás novo, um empenho maior”, nas situações que anseiam e esperam mudanças. Afirma ainda que além de empenho não faltará dedicação e destaca que não será liberado do seu atual local de trabalho, mas mesmo assim cumprirá diariamente sua missão de representar os interesses dos servidores. “Gostaria de registrar, por exemplo, que eu não vou ser liberado, trabalho em um horário específico e vou estar presente aqui no sindicato, nas bases, onde eu puder estar, porque acho importante, quem se dedicou a uma eleição, a concorrer e estar aqui representando, é importantíssimo irmos onde o servidor está”, finalizou.

Ministro diz que regime de capitalização será incluído na reforma da Previdência e admite transição de 20 anos

Foto: Marcos Corrêa/Presidência da República



O ministro Paulo Guedes disse que a reforma da Previdência será enviada ao Congresso em fevereiro

(Congresso em Foco) O ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou nesta terça-feira (8) que o governo vai incluir o regime de capitalização na proposta de reforma da Previdência que será enviada ao Congresso em fevereiro. Pela capitalização, que valerá para quem entrar no mercado de trabalho após a promulgação da emenda constitucional, cada trabalhador terá de fazer uma espécie de poupança para garantir sua aposentadoria. No atual sistema, os trabalhadores da ativa financiam a aposentadoria dos mais velhos.

"Eu acho que um sistema de capitalização, como estamos desenhando, é algo bastante mais robusto, é mais difícil, o custo de transição é alto. Mas estamos trabalhando para as futuras gerações", afirmou Guedes após reunião encerrada nesta noite com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

Na prática o governo desistiu de fatar a reforma, hipótese cogitada pelo presidente Jair Bolsonaro antes da posse. Além do sistema de capitalização, a reforma deve equiparar as normas da previdência pública e privada, fixar idade mínima para aposentadoria e estabelecer regras de transição. O ministro da Economia admitiu que pode considerar o período de 20 anos para a transição, conforme prevê a proposta do ex-presidente Michel Temer.

"Estamos discutindo tudo, fazendo as simulações. Esse sistema antigo, dessa forma como está, está condenado. Nós estamos tentando salvar as futuras gerações. É um movimento duplo. Primeiro você tem que salvar a Previdência que está aí. Mas para as futuras gerações queremos criar um novo regime previdenciário e trabalhista", afirmou Guedes.

LONGO PRAZO

O ministro deve apresentar rascunho da reforma a Bolsonaro na próxima semana. "Estamos fazendo projeções para que o governo tenha toda a tranquilidade e o Congresso também. O olhar do ministro Paulo Guedes é resolver o problema de hoje, mas olhar para o longo prazo. Queremos que a sociedade brasileira só volte a discutir reforma da Previdência daqui a 20 ou 30 anos", disse Onyx.

Na semana passada o presidente sugeriu, em entrevista ao SBT, que a reforma estabeleça a idade mínima de 62 anos para a aposentadoria dos homens e 57 anos para as mulheres, com aumento gradativo. "Uma fala do presidente tem muita força. E o presidente Bolsonaro é uma pessoa que tem uma capacidade muito grande de sinalizar caminhos", afirmou Onyx. **(Fonte: Congresso em Foco)**

Ministério Público sinaliza quebra do sigilo fiscal e bancário de Fabrício Queiroz

Foto: Reprodução/Facebook



Filho mais velho do presidente, Flávio diz ter ouvido explicações convincentes do ex-assessor, Fabrício Queiroz, mas não revelou quais foram

Com informações do Ministério Público do Rio de Janeiro

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) classificou como "voluntário e deliberado" o não comparecimento de Fabrício Queiroz, ex-assessor do deputado estadual e senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), e de integrantes de sua família para prestar depoimentos. Em nota divulgada na tarde desta terça-feira (8), o MP-RJ diz que tem elementos para prosseguir com as investigações mesmo sem ouvir a família Queiroz e indicou que pedirá a quebra dos sigilos bancário e fiscal do ex-policia militar, cujas movimentações financeiras foram consideradas atípicas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

"Vale destacar que a prova documental encaminhada pelo Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) ao MP-RJ tem informações que permitem o prosseguimento das investigações, com a realização de outras diligências de natureza sigilosa, inclusive a quebra dos sigilos bancário e fiscal", informaram os procuradores. "O direito constitucional à ampla defesa também poderá ser exercido em juízo, caso necessário", acrescentaram.

A mulher de Fabrício, Márcia de Aguiar, e suas filhas Nathália e Evelyn faltaram ao depoimento marcado para esta terça-feira (8). Em 28 de dezembro, a defesa do ex-assessor do filho do presidente Jair Bolsonaro apresentou atestado de saúde para justificar suas ausências.

ALBERT EINSTEIN

O Hospital Albert Einstein, de São Paulo, um dos mais caros do país, informou que Fabrício passou por uma cirurgia para retirada de tumor no último dia 1º e que ele recebeu alta no início da tarde de ontem. A mulher e as filhas dele alegaram que faltaram ao depoimento porque precisavam acompanhá-lo na capital paulista.

O depoimento do filho do presidente está marcado para esta quinta-feira (10). De acordo com o Ministério Público, como parlamentar, ele pode indicar uma nova data para ser ouvido.

Relatório do Coaf cita que os valores movimentados por Fabrício Queiroz ao longo de um ano são incompatíveis com o patrimônio, atividade econômica

ou ocupação profissional e capacidade financeira do ex-assessor parlamentar.

MENSALINHO

Os dados foram incluídos em investigação do Ministério Público Federal que culminou na operação Furna da Onça, deflagrada no mês passado. A ação prendeu dez deputados estaduais do Rio de Janeiro. Os políticos são suspeitos de envolvimento no chamado "mensalinho" da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

Flávio Bolsonaro e Fabrício não foram alvo da operação. Porém, o ex-assessor de Bolsonaro é citado em levantamento feito pelo Coaf a pedido do MPF de movimentações financeiras suspeitas envolvendo funcionários e ex-servidores da Alerj. O filho do presidente não está entre os investigados até o momento.

HOMEM DE NEGÓCIOS

Segundo o relatório do Coaf, de R\$ 1,2 milhão, R\$ 320 mil foram saques, sendo que R\$ 159 mil foram sacados em agência no próprio prédio do Legislativo estadual. Foi identificado um repasse de R\$ 24 mil para a primeira-dama, Michelle Bolsonaro. De acordo com o presidente, o dinheiro faz parte de um empréstimo no valor de R\$ 40 mil feito por ele a Fabrício, que é seu amigo.

O ex-assessor disse, em entrevista ao SBT, que é um homem de negócios e que trabalha com a compra e venda de veículos. Ele negou haver qualquer irregularidade nas transações financeiras. Os investigadores estranharam o fato de parte do salário de funcionários do gabinete de Flávio ter sido depositada na conta de Fabrício logo após o pagamento da assembleia.

Veja a nota do Ministério Público do Rio de Janeiro divulgada nesta terça-feira

"O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) informa que os depoimentos de Nathália Melo de Queiroz e Evelyn Melo de Queiroz, filhas de Fabrício Queiroz e de sua companheira Márcia Oliveira de Aguiar, não ocorreram nesta terça-feira (08/01). De acordo com a defesa, "todas mudaram-se temporariamente para cidade de São Paulo, onde devem permanecer por tempo indeterminado e até o final do tratamento médico e quimioterápico necessários, uma vez que, como é cediço, seu estado de saúde demandará total apoio familiar."

Como já foi amplamente noticiado, foi sugerida a próxima quinta-feira, dia 10/01, para oitiva do ainda deputado estadual notificado Flavio Bolsonaro que, por força de prerrogativa parlamentar, pode indicar nova data para seu depoimento.

O MPRJ esclarece que a oitiva dos investigados representa uma oportunidade para que possam apresentar suas versões dos fatos e que o não comparecimento voluntário e deliberado reflète, neste momento, uma opção dos envolvidos, sendo certo que o direito constitucional à ampla defesa também poderá ser exercido em juízo, caso necessário.

Vale destacar que a prova documental encaminhada pelo COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) ao MPRJ tem informações que permitem o prosseguimento das investigações, com a realização de outras diligências de natureza sigilosa, inclusive a quebra dos sigilos bancário e fiscal.

O MPRJ seguirá apurando os fatos de forma reservada e sigilosa, manifestando-se apenas por meio de notas oficiais".

PDT recorre ao Supremo para barrar extinção do Ministério do Trabalho

O PDT entrou nesta terça-feira (8) com um pedido no Supremo Tribunal Federal (STF) para reverter a extinção do Ministério do Trabalho, determinada pelo presidente Jair Bolsonaro por meio de medida provisória. A ação direta de inconstitucionalidade é assinada pelo líder da bancada na Câmara, André

Figueiredo (CE), e pelo presidente do partido, Carlos Lupi. Os pedetistas alegam que a decisão de Bolsonaro pulveriza as atribuições da pasta e enfraquece direitos, regras e rede de proteção previstos na Constituição para o direito trabalhista no Brasil.

O partido pede a suspensão dos artigos da MP que tratam do assunto e que seja declarada a inconstitucionalidade da medida. Com bandeira trabalhista histórica, o PDT ocupou o Ministério do Trabalho nos governos Lula e Dilma.

"Além dessa decisão ter que passar pelo Congresso Nacional, ela fere a Constituição Federal já que representa uma ameaça a direitos constituídos. É o Ministério do Trabalho que fiscaliza, por exemplo, o trabalho escravo. Enfraquecê-lo é atacar diretamente essa rede de proteção aos trabalhadores. Sem falar que o Brasil como signatário das principais convenções da OIT [Organização Internacional do Trabalho] não pode ser um dos poucos países do mundo que não tenha um Ministério do Trabalho constituído", disse André Figueiredo.

O líder pedetista considera que a extinção do ministério ameaça o funcionamento de programas como o de Microcrédito Produtivo Orientado, responsável por incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares. O PDT também questiona a possibilidade de extinção da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que coordena atividades econômicas visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.

As competências e atribuições do ministério foram distribuídas em quatro outros ministérios: Economia, Justiça e Segurança, Cidadania e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Fonte: Estadão

Rosinha Garotinho é condenada a ressarcir cofres públicos em R\$ 236 milhões

Foto: Reprodução



Anthony e Rosinha Garotinho foram acusados pelo MPRJ de participar de esquema que desviou R\$ 234,4 milhões da Secretaria Estadual de Saúde entre novembro de 2005 e abril de 2007

A Justiça do Rio condenou a ex-governadora Rosinha Garotinho por ato de improbidade administrativa em ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 6ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Cidadania da Capital. A sentença, assinada pelo juiz Daniel Schiavoni Miller, titular da 4ª Vara da Fazenda Pública, em 19 de dezembro de 2018, condena a esposa do também ex-governador Anthony Garotinho à suspensão dos direitos políticos por oito anos, além da perda de função pública e ao pagamento de R\$ 234

milhões de ressarcimento ao erário, de multa civil de R\$ 500 mil e de R\$ 2 milhões de compensação por danos morais coletivos.

Na mesma ação, o ex-governador Anthony Garotinho foi condenado e se tornou inelegível, também por oito anos, em decisão confirmada em segunda instância em julho do ano passado.

Anthony e Rosinha Garotinho foram acusados pelo MPRJ de participar de esquema que desviou R\$ 234,4 milhões da Secretaria Estadual de Saúde entre novembro de 2005 e abril de 2007. Na época, o estado era governado por Rosinha, tendo Garotinho como secretário estadual de Governo.

A condenação ocorre pela contratação ilícita da Fundação Pró-Cefet para a gestão do projeto Saúde em Movimento, que custou R\$ 234 milhões aos cofres públicos. Segundo a Justiça, o contrato só foi possível porque, enquanto secretário, Garotinho intercedeu para que fosse rompido um contrato então em vigor com a Fundação Escola de Serviço Público (Fesp), que administrava o projeto, abrindo caminho para o acordo fraudulento com a Pró-Cefet.

DECISÃO

Na sentença, o juiz Daniel Schiavoni Miller escreveu que Rosinha Garotinho concorreu na prática de atos como a dispensa indevida de licitação e a frustração da licitude de concurso público, em desrespeito à Lei de Improbidade Administrativa.

“Não resta dúvida de que a ilegalidade qualificada dos atos imputados à ré restou comprovada, a partir da manutenção do regime de ‘quarteirização’ de mão de obra para a prestação de serviços vinculados à atividade-fim, com dispensa de licitação, e a intermediação injustificada de ONGs e pequenas

ONGs sem qualificação técnica e que nenhum serviço efetivo prestaram, senão a cobrança de comissão de administração, que posteriormente alimentaria a pré-candidatura do candidato marido, Anthony Garotinho”, reforçando o magistrado não haver a mínima prova de efetiva prestação de serviço pelas ONGs que justificasse a percepção da vultosa quantia por elas recebidas. O advogado Carlos Azeredo, que defende Rosinha Garotinho, disse que vai recorrer da decisão.

Fonte: Agência Brasil

Ano letivo da rede municipal de ensino de Divinópolis começa no dia 12 de fevereiro

Foto: Diretoria de Comunicação/PMD



O local onde a criança vai estudar deverá ser confirmado no site da Prefeitura

O ano letivo para os alunos das escolas municipais de Divinópolis começa em 12 de fevereiro. A Secretaria Municipal de Educação (Semed) informou que pouco mais de 14 mil alunos estão matriculados nas unidades educacionais de responsabilidade do município. Neste ano, o cadastramento escolar foi feito de acordo com o zoneamento das unidades mais próximas dos endereços das crianças.

De acordo com a proposta da Semed, que cumpre o Estatuto da Criança e Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Lei de Responsabilidade

Fiscal, os alunos devem estudar próximos à escola, dentro do zoneamento da sua região. As readequações no ensino infantil permitem mais conforto às crianças. A partir de 2019, as crianças de 3 a 4 anos devem estudar no período da tarde; e as de 5 anos, no período da manhã, nos centros municipais de educação infantil (Cmeis).

Para confirmar o local onde a criança estudará em 2019, os pais devem acessar o site da Prefeitura e, na página inicial, clicar no banner do cadastramento escolar. No link de cadastramento, deve ser inserido o número do CPF da mãe, ou o nome da mãe ou da criança, da mesma forma que foi registrado no cadastrado. ([Clique aqui](#) e veja o local onde seu filho estudará esse ano)

Caso não encontre os dados de seu filho na consulta, o responsável precisa procurar a Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Minas Gerais, 147, preferencialmente com o comprovante de cadastro, ou solicitar informação nos telefones 3222-6884 e 3215-5597.

(Com informações da Diretoria de Comunicação)